

GOVERNANÇA E GOVERNANÇA NO TURISMO EM CONTEXTO TRANSFRONTEIRIÇO

Jordana de Souza Cavalcante¹

RESUMO

A governança transfronteiriça em áreas de fronteiras possui vários desafios para os gestores em todo o mundo e, no Brasil, não é diferente. A partir de uma perspectiva teórica, os estudos que orientam este trabalho buscam identificar como a gestão é aplicada em áreas de fronteira a partir dos conceitos de governança e governança no turismo no contexto transfronteiriço. O tema é importante diante das discussões para a gestão coletiva, seja ela pública ou privada. Com o crescente interesse no tema, a própria conceituação de governança vem sendo utilizada em várias áreas. Embora a governança tenha sido objeto de muitos estudos, nos últimos anos, existe “a confusão e o uso amplo e indiscriminado do conceito de Governança, pois, o aumento de produção e difusão da literatura sobre a Governança trouxe um problema metodológico de conceituação e delimitação do seu alcance (Wildberger e Gileá, 2020, como citado em Kalaoum e Trigo, 2021, p. 73)”. Para tanto, “os conceitos de governança, assim, como o advento de seu uso nas instituições públicas, privadas e terceiro setor, é necessário compreender que seus aspectos estão diretamente relacionados aos envolvimento dos seus atores, pois, estes permitem que ocorra direcionamento de suas ações de forma coesa (Conceição, 2020, p.125).” Com isso, Hall (2011) afirma que a governança na área do turismo está sendo utilizada constantemente e relacionada a política pública. No caso da governança no turismo, Zhang, Pine e Lan (2005) afirmam que por um tempo, governança era uma preocupação somente do governo, onde a gestão do turismo era coordenada e direcionada a políticas públicas, mas que já houve mudanças. Dessa forma, governança no turismo é um conjunto de redes de “*cooperacion y de colaboracion entre los actores publicos y privados que forman parte de la actividad, destacando que su accionar conjunto debe constituir y contribuir a la adecuada gestion turistica en terminos de competitividad y de sustentabilidade* (Velasco González, 2016, p. 508).” Nesse contexto, o autor afirma que a governança no turismo, em determinado espaço com seus atores públicos e privados por meio da decisão coletiva, a gestão de turismo pode conduzir os processos de inovação e mudanças, fortalecendo a dinâmica do turismo. Segundo Ruschmann (2017, p.129), “esse modelo de gestão tem maior grau de complexidade devido à natureza participativa, tendo a singularidade do Estado como condutor da linha de processo”. Considerando as diversas abordagens de governança e governança no turismo, a partir dos estudos de turismo, podemos compreender os primeiros conceitos de governança transfronteiriça, onde “o Estado-nação foi forçado a transferir algum grau de poder e funções da escala mais alta de tomada de decisão (nacional) para a escala mais baixa (local e regional), para tornar o processo decisório mais fluido e responder às novas demandas da economia global” (Brenner, 1999; Swyngedouw, 2000; Jessop, 2004; Sassen, 2007; Bauman, 2013 como citado em Penã, 2021, p. 5). No estado da arte, há vários conceitos opostos, mas que aqui falaremos da aplicação dentro das políticas públicas na gestão do turismo uma vez que estudos que abordam governança em destinos turísticos transfronteiriço são menos pesquisados. Desta forma, é preciso realizar mais estudos sobre a relação entre governança, turismo e fronteira. Os primeiros

¹ Doutoranda em Turismo/PPGTUR. Universidade de São Paulo.
<http://lattes.cnpq.br/5865202447499186>. jordanacavalcante@usp.br.

estudos, especialmente, as contribuições dadas por Ramírez (2017, p. 142) “no caso da governança transfronteiriça, esse quadro relacional é ainda mais complexo, pois setores e entidades localizadas em diferentes territórios com diferentes culturas organizacionais, às vezes, divergente”. Lembrando que estamos tratando de turismo na fronteira, onde muitas vezes prevalece a competição e não a colaboração, mesmo com mudança, devido a globalização há uma ressignificação no contexto da inclusão. Que em se tratando de destinos turísticos em que, paradoxalmente, a fronteira funciona como atração principal (Timothy, 2001; Prokkola, 2010; Orgaz e Moral, 2014 como citado por Ramírez 2017, p. 142). Ramírez (2017) afirma ainda que “todas essas mudanças são condições que, em princípio, vem favorecer a institucionalização de governança transfronteiriça” (p.142). Vale salientar que governação transfronteiriça tem uma natureza institucional, uma vez que ambos os lados da fronteira estão sob diferentes regimes e leis. Para tanto, os destinos turísticos transfronteiriços precisam de estruturas de governança que lidem com divisões tanto setoriais quanto institucionais (Vodeb, 2010; Blasco et al., 2014). O objetivo deste estudo é compreender, a partir de uma construção teórica sobre Governança e Governança no turismo, a sua aplicação na Governança transfronteiriça. Com abordagem qualitativa, foi utilizada, como técnica na construção deste estudo, a pesquisa bibliográfica, descritiva, qualitativa com enfoque nas leituras sobre Governança, Governança no turismo e Governança transfronteiriça. Para tanto, foram analisados artigos e teses das bases *Scopus e Web of Science e Google School*. Entre os resultados alcançados estão a identificação de divergências ou pouca precisão do conceito de Governança, Governança no Turismo e Governança transfronteiriça e a identificação de elementos em comum na literatura que podem assessorar uma melhor compreensão dos estudos na área de governança em fronteiras. Conclui-se que o estudo é recente, mais concentrados em estudo da Europa e América do Norte. Com a sistematização da literatura, houve a elaboração de um quadro síntese sobre sua aplicabilidade em governação transfronteiriça. Este estudo apontou as diferenças teóricas conceituais entre Governança e Governança no turismo e sua aplicação na governança transfronteiriça dentro da área de turismo e fronteira.

PALAVRAS-CHAVE: Governança; governança no turismo; governança transfronteiriça.

